Nº 8
Fevereiro de 2011

Boletim da Comissão Nacional PRÓ-SUS

Conselho Federal de Medicina (CFM)
Associação Médica Brasileira (AMB)
Federação Nacional dos Médicos (FENAM)

Ministro promete diálogo e parceria com entidades médicas

Nas diversas ocasiões em que esteve com as entidades médicas desde sua posse, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, tem reafirmado o compromisso de manter um diálogo permanente com os médicos.

Em visita ao Plenário do CFM, no dia 12 de janeiro, ele disse que "estamos num momento de virada no setor e queremos envolver a categoria médica nas mudanças que pretendemos fazer".

Padilha recebeu do presidente do CFM, Roberto d'Avila, documento do movimento médico que pede apoio na regulamentação da profissão médica, mais recursos e melhor gestão para o SUS, valorização do trabalho médico, com carreira, salário digno, PCCV e CBHPM, atenção com o ensino médico, a revalidação de diplomas, a residência médica e o controle social com participação dos médicos.

Ministro Alexandre Padilha visita Plenária do CFM

ALIANÇA COM OS MÉDICOS

Reunido com dirigentes da FENAM, Padilha afirmou que "só se promove mudança na saúde do país quando envolvemos os trabalhadores da saúde e suas entidades representativas. Todas as propostas de mudanças que nós vamos construir no Ministério da Saúde vão ser dialogadas com as entidades médicas".

Em encontro com a AMB, o Ministro disse também que as 53 sociedades de especialidades médicas terão um canal de comunicação aberto com o Ministério, por meio do Projeto Diretrizes, para que possam contribuir na elaboração de diretrizes clínicas e orientações terapêuticas para o SUS.

No dia 28 de janeiro, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) entregou ao ministro a Comenda Flamínio Fávero, uma homenagem em reconhecimento aos médicos que se destacaram em sua vida profissional. Na ocasião, o ministro declarou que "é preciso construir uma grande aliança com a classe médica". "Não é possível solucionar problemas sem contar com apoio de todos", relatou.

Desdobramentos

Além de outras questões que estão sendo tratadas junto às secretarias do Ministério da Saúde, destacam-se os temas a seguir, resultados das primeiras aproximações com a atual gestão.

Revalidação de diplomas

Consonante com posição das entidades médicas, o Ministro da Saúde anunciou que passará a ser permanente o projeto piloto de revalidação de diplomas estrangeiros, instituído pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 865/2009. De 628 inscritos exame em 2010, só dois foram aprovados, o que poderá levar à rediscussão do nível de dificuldade da prova e da nota mínima exigida para aprovação. No entanto, serão mantidos o caráter nacional e unificado e os critérios transparentes da revalidação.

Carreira e interiorização médicos

O Ministério da Saúde (MS) irá retomar a proposta da "Carreira especial para fixação de profissionais de saúde em áreas de difícil acesso e/ou provimento no âmbito do Sistema Único de Saúde". A proposta foi finalizada em dezembro de 2010 e que contou, em sua elaboração, com a participação do CFM e Fenam. O assunto será discutido em Seminário Nacional que abordará outras propostas de interiorização e fixação dos médicos. Para qualificar a discussão o MS vai elaborar o estudo "quantos médicos o Brasil precisa", com colaboração do CFM.

Conselho Nacional de Saúde

O retorno das entidades médicas ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) é defendido pelo Ministro Padilha, que seria o candidato a presidente do CNS em eleição que estava marcada para o dia 16 de fevereiro. Os médicos se afastaram do CNS devido à partidarização e à hegemonia de determinadas categorias profissionais, com predomínio de interesses particulares no Conselho. As entidades médicas estão abertas para voltar a discutir a presença permanente dos médicos no CNS, desde que haja ambiente e espaço adequados de participação.

Piso salarial dos médicos agora é de R$ 9.188,22

O piso salarial dos médicos em 2011 foi definido pela Federação Nacional dos Médicos (FENAM) em R$ 9.188,22 para uma jornada de 20 horas semanais de trabalho. O valor é resultado da atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - (INPC), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - (DIEESE), cujo índice acumulado em 2010 foi de 6,91%.

O piso é uma importante referência para o movimento médico, pois orienta a categoria em dissídios, convenções, acordos coletivos de trabalho e demais negociações e reivindicações junto a empregadores privados e públicos. O piso também tem sido parâmetro para a discussão do PCCV de médicos do SUS com prefeituras e câmaras municipais.

Eleuses Paiva toma posse na Câmara dos Deputados

O ex-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Eleuses Paiva (DEM/SP), assumiu o mandato de Deputado Federal. Eleito segundo suplente em outubro de 2010, tomou posse após a nomeação de deputados aliados como secretários estaduais em São Paulo. Paiva, que já havia exercido o mandato Câmara dos Deputados em 2009 e 2010, apresentou importantes projetos em prol da classe médica e em defesa da saúde. Além de defender a regulamentação da Emenda Constitucional 29, é co-autor de projeto de lei que dispõe sobre a carreira de Estado para os médicos.

Ministério da Saúde terá R$ 77,1 bilhões em 2011

A Lei Orçamentária 2011 destinou R$ 77,1 bilhões para o Ministério da Saúde. Desse total, R$ 14 bilhões são reservados para pagamento de pessoal (ativos e inativos), R$ 60,6 milhões para a manutenção de toda a rede do Ministério da Saúde (custeio e investimento) e R$ 2,5 bilhões vão para as emendas parlamentares.

Do total do orçamento aprovado, R$ 68,6 bilhões vão para o Fundo Nacional de Saúde (FNS) –que é o gestor financeiro do SUS; R$ 4,7 bilhões são destinados às ações da Funasa; R$ 2,37 bilhões vão para a Fiocruz; R$ 660, 3 milhões para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); 217,5 milhões para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e R$ 594,9 milhões para o Grupo Hospital Conceição da Região Sul.

Entidades vão ao MP contra Lei Estadual em São Paulo

Diversas entidades da sociedade civil, entre elas o Sindicato dos Médicos (Simesp) e o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo – Cosems/SP, deram entrada no dia 15 de fevereiro, no Ministério Público Estadual, à representação contra a lei complementar nº.1.131/2010, que permite direcionar 25% dos leitos e outros serviços hospitalares para os planos e seguros de saúde privados. A lei abrange os hospitais paulistas que atualmente têm contrato de gestão com Organizações Sociais.

As entidades pedem que o MPE questione judicialmente a lei estadual, em vigor desde o dia 27 de dezembro de 2010, sob a alegação que ela fere os princípios da Constituição Federal, da Lei Orgânica da Saúde (lei nº 8.080/1990) e da Constituição do Estado de São Paulo

A representação destaca que, com a lei, o SUS poderá perder até 2 milhões de procedimentos por ano para os planos de saúde. A lei complementar nº.1.131/2010 desconsidera a existência da legislação (Lei n º 9656/98) que prevê o ressarcimento ao SUS, toda vez que um usuário de plano de saúde é atendido em hospital público. Além disso, ao visar a arrecadação de recursos com a venda de serviços do SUS, a lei cria a chamada "fila dupla" de atendimento, pois os usuários dos planos de saúde terão assistência diferenciada e preferência na marcação e no agendamento de consultas, exames e internação.

Médicos de Maceió conquistam carreira municipal

Vem de Alagoas um exemplo de mobilização bem sucedida. Em janeiro a Câmara Municipal de Maceió aprovou projeto de lei, sancionado pelo prefeito Cícero Almeida (PP), que cria a carreira de médico do serviço público municipal.

Com o plano de carreira, o médico passa a ser valorizado pelo tempo de serviço e pelo nível de formação, pois o PCCV prevê adicionais por especialização, residência médica, mestrado e doutorado. "Conquistamos um PCCV avançado e inédito no país, pois além de ser exclusivo para os médicos, com concurso público e vínculo estatutário, abre a perspectiva de ganho real de salário de 200%, em parcelas progressivas, até 2012" , disse o presidente do Sinmed, Wellington Galvão. O Sinmed e as entidades médicas participaram de todo o processo de elaboração e debate do PCCV.

Na prática, até 2012, a remuneração do médico com jornada de 20 horas, somando salário base e gratificações, será de R$ 3.600 a R$ 6.000, podendo chegar a mais de R$ 15.000 para os médicos em fim de carreira.O próximo passo do movimento médico de Maceió é a implantação da CBHPM no SUS municipal.

Reajuste é vitória dos médicos em Volta Redonda

Em assembléia no dia 3 de fevereiro, o movimento médico de Volta Redonda concordou com a proposta da Prefeitura de reajustar os salários dos plantonistas para R$ 5 mil (jornada de segunda a sexta-feira) e R$ 5,7 mil (final de semana). Antes, o município havia proposto um reajuste menor, na ordem dos 20%, o que elevaria os R$ 3,3 mil então pagos aos plantonistas, para R$ 3,9 mil. A categoria não aceitou e ameaçou paralisar parte dos serviços de saúde.

Os médicos elegeram então uma comissão que passou a negociar diretamente com o prefeito Antonio Francisco Netto e com a secretária municipal de saúde, Suely Pinto. O reajuste foi anunciado aos médicos pelo prefeito, com a presença de representantes do Cremerj.

Após a conquista os médicos formaram uma " assembleia permanente" e vão lutar agora pela equiparação dos salários pagos nos serviços de saúde e nos hospitais de grande porte, além de discutirem a criação, pela Prefeitura, de uma fundação pública de direito privado.

Em Porto Alegre, proposta do Executivo não avança

Em assembléia no dia 7 de fevereiro, os médicos da Prefeitura de Porto Alegre analisaram o Projeto de Lei do Executivo que prevê "carreira de especialista médico". Os profissionais decidiram continuar a luta pela valorização dos médicos, pelo piso nacional da categoria e adequações no PL.

A avaliação foi de que não houve melhorias na proposta do gestor municipal e foi solicitada a retomada das negociações —que haviam sido interrompidas pela Prefeitura— do grupo de trabalho.

O prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, deu várias entrevistas afirmando ter rompido com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) "por não conseguir apoio para a aprovação da Fundação de Saúde". Fortunati afirmou que muitos médicos não cumprem horário "e nós vamos implantar relógio de ponto com a impressão digital para médicos e funcionários dos postos de saúde".

O movimento médico repudiou o discurso do Executivo Municipal sobre o trabalho e a carga horária dos médicos. Como medidas imediatas, serão feitos esclarecimentos à população e aos vereadores da capital sobre as diferenças de carga horária para cada contrato e programa de saúde, e sobre direitos trabalhistas –como férias, licença, troca de plantões, entre outros.

Fóruns Regionais Pró-SUS

PARTICIPE DESTA MOBILIZAÇÃO!

Em breve serão divulgadas as datas e os locais dos fóruns que irão discutir a situação e as propostas dos médicos do SUS em cada Região do País. No dia 17/02, na sede do Cremesp, a Comissão Nacional Pró-SUS faz reunião para definir diretrizes para a organização e programação dos seminários

Nº 8 Fevereiro de 2011 | Boletim da Comissão Nacional PRÓ-SUS

Para usuários, falta de médicos e demora no atendimento são os maiores problemas do SUS

A falta de médicos e a demora no atendimento são os principais problemas do Sistema Único de Saúde, segundo estudo divulgado no dia 9 de fevereiro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, após ouvir 2.773 pessoas. A pesquisa aponta que, no Brasil, na opinião de 28,9% dos entrevistados, os serviços do SUS são muito bons ou bons. Proporção semelhante (28,5%) opinou que esses serviços são ruins ou muito ruins, enquanto 42,6% consideraram os serviços regulares. O SUS é mais bem avaliado por aqueles que costumam utilizá-lo, quando comparados com aqueles que não o utilizam.

Ao serem indagados sobre os principais problemas do SUS, 58,1% apontam a ausência de médicos, seguido de demora para atendimento nos postos/centros de saúde ou nos hospitais (35,4%) e demora para conseguir uma consulta com especialistas (33,8%).

Emergência: pior avaliação

Dentre os serviços prestados pelo SUS foram pesquisados (Quadro) os serviços de urgência e emergência, que receberam a pior avaliação, seguidos pelos centros e postos de saúde, atendimento com médicos especialistas, distribuição de medicamentos, e programa saúde da família.

Entre os entrevistados que utilizaram serviços de urgência e emergência, 34,8% afirmaram que, para melhorá-lo, o tempo de espera deveria ser reduzido, e 28,9% disseram que a quantidade de médicos deveria ser aumentada.

Proporção de avaliação como "ruins" ou "muito ruins" dos serviços prestados pelo SUS no Brasil

Serviços do SUS (Brasil)
Urgência e emergência **(31,4%)**
Centros e/ou postos de saúde **(31,1%)**
Médicos especialistas **(18,8%)**
Distribuição de medicamentos **(11%)**
Saúde da Família **(5,4%)**

Fonte: IPEA

Não faltam médicos no Brasil

A falta de médicos em serviços do SUS apontada pelo IPEA não significa que faltam médicos no Brasil. Ao contrário, estudo do CFM mostrou que entre 2000 e 2009 a quantidade de médicos no país aumentou 27%, enquanto a população brasileira cresceu apenas 12% no mesmo período. A distribuição de médicos é heterogênea no território nacional, com alta concentração nas capitais e regiões mais desenvolvidas. Enquanto na Região Norte há um médico para 1.130 habitantes, no Sudeste há um médico para 439 habitantes, concentração 2,5 vezes maior.

A cidade de São Paulo, por exemplo, possui um médico para cada grupo de 239 habitantes, o que seria, em tese, suficiente para suprir todas as demandas da população.

Portanto, a falta de médicos no SUS nada tem a ver com a falta de médicos no mercado, mas sim está ligada à má remuneração, à falta de perspectiva de carreira, às péssimas condições de trabalho e à ausência de políticas que promovam a adequada distribuição dos profissionais.

A insatisfação dos usuários apontada no estudo do IPEA tem relação direta com o orçamento insuficiente do SUS e com as falhas de gestão, conforme já havíamos sinalizado nas propostas do Encontro Nacional das Entidades Médicas e nas prioridades de acompanhamento da Comissão Nacional Pro-SUS.

As queixas vão permanecer se não forem superados os problemas há muito diagnosticados pelas entidades médicas: a ausência de uma carreira dos médicos do SUS, as contratações precárias e temporárias, a baixa remuneração, as inadequadas condições de trabalho.

Foi anunciado recentemente um corte de despesas no Orçamento Geral da União de 2011 no valor de R$ 50 bilhões, juntamente com o congelamento dos concursos públicos. Espera-se que as políticas sociais sejam preservadas, que o objetivo de reduzir a taxa básica de juros da economia não seja conquistado penalizando novamente a saúde. Dos governantes, esperamos a percepção de que não há saúde sem médicos e jamais haverá um SUS de qualidade sem a valorização desses profissionais.

Aloísio Tibiriçá Miranda, coordenador da PrósSus

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá Miranda . **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Peixoto Pimentel, Ceuci de Lima Xavier , Cláudio B. Souto Franzen, Eduardo Santana, Florentino Cardoso Filho, Frederico Henrique de Melo, Hermann V. Tiesenhausen, José Fernando Maia Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Costa Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Renato Azevedo Júnior, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Waldir Cardoso, Wilton Mendes,Wirlande Santos da Luz .

Conselho Federal de Medicina (CFM)

Tel: (61) 3445-5957 Fax: (61) 3246-0231 – e-mail: comissoes@portalmedico.org.br